

O Diário de Nicolau Lanckman de Valckenstein: uma embaixada entre a peregrinação e a diplomacia

Douglas Mota Xavier de Lima

Universidade Federal do Oeste do Pará
Santarém - Pará - Brasil
dougmotahistoria@yahoo.com.br

Welber Martins de Sousa

Universidade Federal do Oeste do Pará
Santarém - Pará - Brasil
welbermartins6425@gmail.com

Resumo: O artigo aborda o *Diário de viagem do embaixador alemão Nicolau Lanckman de Valckenstein*, relato quatrocentista acerca da embaixada alemã enviada ao reino de Portugal, em 1451, a fim de concluir o casamento entre D. Leonor de Avis e Frederico III, imperador do Sacro Império. O estudo tem como objetivo analisar diferentes dimensões relacionadas às viagens diplomáticas medievais, particularmente a escrita da diplomacia e a peregrinação realizada pelo viajante. O estudo do caso demonstra que, por vezes, os relatos de embaixadas são oriundos de iniciativas diversas, que conjugam interesses das autoridades políticas às predileções do viajante, assim como, durante a condução da missão diplomática, as preferências dos embaixadores afetavam as rotas a serem seguidas, o ritmo da viagem e os locais de parada.

Palavras-chave: Viagens medievais. Relatos de embaixadas. Peregrinação.

Introdução

Ao longo do século XX, a ideia de uma Europa medieval fechada e com pouca mobilidade foi sendo alterada por estudos que demonstraram que esse período conheceu um intenso fluxo de pessoas e mercadorias. As pesquisas sobre viagens e viajantes na Idade Média têm ajudado a matizar a ideia que rodeia o imaginário sobre o medieval como um período marcado pela debilidade da circulação de bens, saberes e pessoas, demonstrando o importante papel das viagens para as sociedades medievais e, principalmente, para as conexões vivenciadas no período. Jacques Le Goff, por exemplo, no clássico *A Civilização do Ocidente Medieval*, contra as ideias até então enraizadas sobre o medieval, afirmou que:

Mas, se a maior parte dos homens do Ocidente medieval tem como horizonte, por vezes durante toda a sua vida, a orla da floresta, nem por isso se deve julgar que a sociedade medieval era um mundo de sedentários, de imóveis, apegados ao seu cantinho de terra cercado de bosques. A mobilidade dos

homens da Idade Média foi extrema e desconcertante (LE GOFF, 1983, p. 172)

Esse imaginário negativo sobre a Idade Média se construiu a partir do renascimento e se consolidou com o Iluminismo, moldando a percepção do medievo como antítese da modernidade, época de trevas e recuo civilizacional, marcado pela estagnação e pelo pouco fluxo de pessoas. Não obstante, mesmo que o fim do Império Romano no Ocidente tenha legado à Europa a desestruturação das grandes vias de circulação romanas e que o tráfico mercantil tenha recuado no Mediterrâneo, reduzindo e dificultando, conseqüentemente, o ato de viajar, houve grande número de viagens ao longo do medievo, principalmente a partir dos séculos XII e XIII, quando se acompanha um significativo movimento de reestruturação de antigos caminhos, estradas e pontes, bem como um processo maior de expansão europeia, caracterizado, sobretudo, pelo revigoramento urbano e comercial. Assim, apesar das dificuldades de empreender uma viagem durante o medievo, o período teve um número intenso de viagens, tanto curtas, com deslocamentos locais e regionais, como longas, com jornadas que atravessaram a Europa e rotas interconfessionais que levavam os viajantes aos confins do mundo conhecido (LADERO QUESADA, 1992; GARCÍA DE CORTÁZAR, 1996).

Viajar na Idade Média era um deslocamento que ultrapassava o sentido geográfico. Ele afetava a sociabilidade dos sujeitos. Quando se viajava, uma ruptura do espaço de pertencimento do indivíduo era gerada, um desenraizamento que criava uma insegurança para o viajante, já que ele estava em um ambiente que não era o seu. Segundo Castro (2019, p. 25), os homens e mulheres que viviam na Europa Medieval se deslocavam diariamente em suas práticas cotidianas, entretanto essas deslocções, geralmente, eram mais curtas e se constituíam para concluir alguma tarefa diária. Para a autora, o ato de viajar, no entanto, se diferenciava dessas pequenas deslocções por fazer com que o indivíduo que viajava se movesse para fora de seu lugar tradicional de sociabilidade, rompendo com seus laços sociais e experimentando situações de alteridade. Não obstante, para além dessas dificuldades relacionadas ao ato de viajar, outros fatores também causavam insegurança nos viajantes, como as condições climáticas, os ataques de bandidos, problemas de alojamento etc. Por vezes, o destino da viagem demandava a contratação de um guia ou a aquisição de um mapa para que o viajante atravessasse determinados lugares desconhecidos em maior segurança.

Entre os indivíduos que viajavam na Idade Média, podemos citar diferentes personagens, desde clérigos a nobres, citadinos e camponeses, com deslocamentos

realizados em modalidades de viagens e objetivos igualmente distintos. Nesse universo, um dos casos mais emblemáticos das viagens medievais são as peregrinações. Como salienta Susani França, tal modalidade permitia aos homens: “explorar os lugares santos com os pés, os olhos, o coração e as lembranças” (FRANÇA, 2017, p. 9), fazendo do peregrino alguém que subordinava a organização da sua existência à viagem de cunho religioso. A despeito de ser um tipo de viagem marcante da Europa cristã – ainda que não exclusivo a essa sociedade, como atesta, por exemplo, o dever de peregrinação islâmico que historicamente impulsionou e permanece a impelir os muçulmanos à viagem a Meca –, o ato de peregrinar não foi uma prática unificada ao longo do medievo, nem em suas finalidades, nem em suas formas e destinos, existindo alterações que demonstram as reformulações e as adaptações da peregrinação durante os séculos (FRANÇA, 2017).

De todo modo, existiam três grandes lugares de peregrinação cristã na Idade Média: Roma, Santiago de Compostela e Jerusalém. A cidade palestina era, dos três, o destino mais antigo de peregrinação, recuando ao século IV, como se atesta pelo texto *Peregrinação de Egéria*, importante registro que inspirou e orientou a peregrinação à Terra Santa nos séculos seguintes. Santiago de Compostela, na Galiza, foi igualmente um lugar de destaque das peregrinações medievais, relacionando-se à crença na presença da tumba do Apóstolo Tiago Maior, filho de Zebedeu, na Península Ibérica. O culto a Tiago, tido como o evangelizador da Espanha, foi promovido na Idade Média central e, a partir do século XI, é possível delinear importantes vias de peregrinação europeias à região. Roma foi o terceiro ponto de peregrinação mais visitado do medievo, sendo a antiga capital do Império Romano atraente para os peregrinos por suas relíquias e, principalmente, por ser a sede do poder papal. O pontífice e os bispos ali se encontravam, além dos corpos dos apóstolos Pedro e Paulo, mobilizando, constantemente, o povo cristão, em especial os membros do clero. Não obstante, outros centros de peregrinações surgiram com o passar do tempo, em escala local e regional. Desse modo, observa-se que, na Idade Média, qualquer local que tivesse uma relíquia religiosa se tornava, potencialmente, um ponto de peregrinação.

Muitas das viagens realizadas no medievo deixaram relatos escritos. Esses textos, em geral, são uma mescla entre notícias ouvidas e coletadas com acontecimentos que o viajante presenciou. Os relatos de viagem se tornaram um gênero muito apreciado pela sociedade medieval, especialmente a partir dos séculos XII e XIII, e um dos motivos para tanto sucesso se dava pelo fato de as pessoas estarem cada vez mais curiosas em

saber o que havia além do lugar em que viviam (GONÇALVES, 2013; FRANÇA, 2015). Um exemplo são as histórias de viajantes que enfrentaram inúmeros desafios em suas jornadas, como a dos membros da ordem franciscana que se lançaram em viagens pelo Oriente ou as aventuras de Marco Polo, relatos que aguçaram ainda mais a curiosidade das pessoas em saber sobre o mundo (LOPES, 2012).

Em meio a tais reflexões, o presente artigo aborda o *Diário de viagem do embaixador alemão Nicolau Lanckman de Valckenstein*, relato quatrocentista acerca da embaixada alemã enviada ao reino de Portugal, em 1451, a fim de concluir o casamento entre D. Leonor de Avis e Frederico III, imperador do Sacro Império. A narrativa, relacionada à diplomacia e à memória acerca do casamento, expressa um tipo particular de viagem – a viagem diplomática – e demonstra a diversidade da experiência de viajar em fins da Idade Média, associando os interesses da missão às inclinações do viajante – o clérigo Nicolau –, que, em virtude de suas predileções, transforma a embaixada em peregrinação, alterando as rotas, o ritmo e os locais de parada da viagem. Destarte, o artigo tem como objetivo analisar diferentes dimensões relacionadas às viagens diplomáticas medievais, particularmente a escrita da diplomacia e as escolhas do embaixador. O artigo estrutura-se em quatro tópicos: as viagens diplomáticas, caracterizando a modalidade de viagem na Europa cristã; relatos de viagens e relatos de embaixadas, delimitando as discussões acerca da tipologia textual; o Diário alemão e a escrita da diplomacia, analisando como o relato em questão contribui para a compreensão das formas híbridas de registro narrativo das atividades das embaixadas; e, por fim, a peregrinação de Nicolau Lanckman, analisando as escolhas do embaixador no transcorrer da missão diplomática.

As viagens diplomáticas

Ao tratar dos viajantes medievais, José Ángel García de Cortázar (1996) os classificou em diferentes modalidades: os viajantes de Deus, isto é, os peregrinos; os viajantes de ida e volta, como reis, embaixadores, mensageiros e soldados; os viajantes apenas de ida, como os imigrantes; os viajantes sazonais, como os estudantes e os pastores de rebanhos; os viajantes de todas e nenhuma parte, como é o caso dos pregadores e justadores; os viajantes da ficção, como os cavaleiros andantes; e, por fim, os viajantes mortos, como os cadáveres de reis e nobres ou suas relíquias. Das categorias de García de Cortázar, destacamos a segunda, particularmente no que se refere às

viagens de membros da nobreza, grupo que legou um significativo número de registros sobre seus deslocamentos, especialmente porque tais viagens, por vezes, relacionaram-se a motivos do âmbito diplomático, como guerras, acordos de paz e matrimônios.

Em geral, as viagens nobres envolviam grande comitiva, constituindo uma complexa estrutura na qual se atentava nos pormenores sobre o trajeto a ser percorrido, o meio de transporte adequado, quais homens iriam fazer a segurança dos viajantes e quantas pessoas iriam fazer parte da comitiva. Ademais, era necessário que essas comitivas fossem de grande esplendor, convertendo-se em instrumento de espetáculo e exibição de poder, pois, como argumenta García de Cortázar:

A razão era que na Idade Média a posição social tinha que ser mostrada constantemente e isso era feito através de sinais externos de riqueza, especialmente de riqueza esbanjadora. Um deles foi, sem dúvida, a magnificência nos trajes, equipamentos e servidão, que ora se desenrolava no interior do castelo, palácio ou residência majestosa e, outras, no decurso de viagens régias ou nobiliárquicas (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1996, p. 17).¹

Margareth W. Labarge informa que os embaixadores eram os responsáveis por realizar missões de caráter diplomático, constituindo um dos principais grupos da categoria viajantes de ida e volta. As comitivas diplomáticas podiam encher os olhos de quem as via, por ser um espetáculo pelo seu tamanho. No entanto, a dimensão da comitiva dependia do objetivo da missão, assim como do estatuto do embaixador e da importância de quem ordenou a missão (LABARGE, 1998, p. 175). Em suma, quanto maior o prestígio e a importância do embaixador que era enviado, maior tendia a ser o elogio dado por aqueles que recebiam a missão. Nesse sentido, se fosse, por exemplo, uma missão solene objetivando um casamento entre dois nobres, era de bom tom que fosse dada essa tarefa a um embaixador experiente e com certo prestígio advindo de seu estatuto sociopolítico, contribuindo com a dimensão simbólica da embaixada. Afinal, nesse tipo de missão, era comum a participação do embaixador num complexo cerimonial de recepção, audiência e negociação, complementado por momentos de festas públicas e palacianas com jogos, danças e banquetes (LIMA, 2018, p. 31).

Os viajantes diplomáticos gozavam de garantias jurídicas e, em tese, tinham imunidade durante a viagem, com sua segurança física e material resguardadas. Para evitar banditismos no caminho, era comum que fossem escolhidos clérigos como

¹ "La razón era que en la Edad Media la posición social había que mostrarla constantemente y ello se hacía a través de signos exteriores de riqueza, en especial de riqueza derrochada. Uno de ellos era sin duda la magnificencia en vestuario, equipamiento y servidumbre, que se desplegaba unas veces en el interior del castillo, del palacio o de la residencia señorial y, otras, en el curso de los viajes reales o nobiliarios".

embaixadores, porém, nem sempre, essas garantias se materializaram (LABARGE, 1998, p. 180; LIMA, 2018, p. 32). Um exemplo é a viagem do embaixador Nicolau Lanckman Valckenstein, capelão imperial, em meados do século XV, que, em seu percurso, foi assaltado junto com sua comitiva, mesmo portando credenciais do Império e salvo-condutos dos reis de Castela e de Aragão.

Para saírem em missão, os embaixadores recebiam credenciais e instruções. Existiam vários tipos de instruções, que podiam ser de caráter geral e de conhecimento coletivo, ou instruções específicas, cujas informações eram passadas apenas ao embaixador ou, no limite, a um círculo reduzido de pessoas, como os conselheiros ou privados régios. Essas instruções de caráter específico eram, geralmente, dadas oralmente a fim de impedir que outros pudessem ter acesso a informações sobre os interesses da missão, mas, gradativamente, também passaram a ser expedidas em manuscritos e em mensagens cifradas (GILLI, 2014; PEQUIGNOT, 2017).

As embaixadas deviam se mover com uma velocidade condizente com o objetivo da missão. Quando a embaixada chegava ao seu destino, as autoridades locais, geralmente, iam ao encontro dos embaixadores, mas a forma como a embaixada era recebida dependia muito do grau de importância do embaixador, de quem enviou a missão ou do assunto que iria ser tratado. Depois da recepção, a comitiva era levada como uma espécie de desfile público e conduzida até a presença do governante local. Esse ato tinha como finalidade causar uma boa impressão na comitiva, o que evidencia que essa preocupação mobilizava tanto os emissores da embaixada como os receptores (LABARGE, 1998, p. 177).

Uma vez na corte, era feita uma primeira audiência, em que o embaixador mostrava suas credenciais e fazia um discurso, explicitando as razões da missão. A partir dessa etapa, seguiam outros momentos cerimoniais, como banquetes e danças. Em alguns casos, o objetivo da embaixada demandava mais tempo de negociação, criando a necessidade de novos documentos credenciais e com instruções acerca da missão. Terminadas as negociações, a comitiva partia e, quando retornava ao ponto de origem, devia dar conhecimento do andamento da missão e dos resultados alcançados. Esse relatório era comumente oral, todavia, gradativamente, sobretudo a partir do século XIV, começou a também ser escrito. Tais textos podem ser classificados como relatos de embaixadas e serão abordados mais adiante.

Relatos de viagens e relatos de embaixadas

Existem diferentes tipos de textos de viagens no medievo, produzidos por diferentes pessoas de variados estatutos sociais. Podemos usar como exemplos: cartas, itinerários, relações, crônicas, relatórios, diários, entre outros. Apesar de ser um gênero multifacetado, os livros de viagens medievais compartilham algumas características comuns que os mantêm unidos como um gênero. Entre elas, é notável: o respeito por um itinerário, a predominância das cidades nas narrativas e uma ordem cronológica (LOPES, 2012)².

A maioria dos relatos de viagens tem um destino final; no caso, um ponto de chegada onde a viagem teoricamente deve terminar. A cronologia do relato se relaciona com uma ordem cronológica que se estabelece no decorrer do traslado. Existe, então, uma ordem temporal que o narrador usa para estabelecer a cronologia da viagem, situando a narrativa em uma dimensão temporal, além de oferecer verossimilhança ao que é narrado. Assim como a ordem temporal, existe também a ordem espacial, que serve para situar o que está sendo narrado, com a função de materializar os lugares que são percorridos (LOPES, 2012, p. 9). No entanto, para o viajante/narrador, nem todos os lugares são descritos com o mesmo afincamento. Existe, pois, uma hierarquia dos lugares dentro dos relatos, em que são privilegiados os cenários urbanos, criando uma pausa no ritmo da narrativa. O viajante descreve, com mais detalhes, questões relacionadas a como se estruturam esses lugares, como funciona a política, o comportamento dos habitantes e seus costumes etc. Ocasionalmente, o narrador coloca, em sua narrativa, algo relacionado à história do lugar ou de algum morador ou ocorrido marcante. A cidade, então, se transforma em um centro não apenas econômico, mas também de informações, de conversas e de trocas culturais. A presença de uma cidade importante podia desviar a rota original dos viajantes, e um dos motivos era a ligação das cidades com o saber e com as universidades, tornando-as pontos fundamentais das narrativas de muitos viajantes, como a do clérigo e embaixador Nicolau Lanckman Valckenstein.

Os relatos de viagem nos séculos XIV e XV eram lidos por grande parte do setor aristocrático e círculos cavaleirescos. Esses livros constituíam uma forma de se informar sobre o mundo, ampliando o conhecimento sobre outros povos e terras, mas

² Lopes (2012) apresenta outras características dos livros de viagens medievais, mas pelo foco do texto não iremos aprofundar em tais categorias, mantendo o destaque aos elementos que consideramos mais pertinentes ao objeto de investigação da presente pesquisa.

também serviam para quebrar a rotina do cotidiano (LOPES, 2012). Nessa dimensão da leitura do mundo por meio dos livros de viagens, deve-se ter cuidado para evitar certos anacronismos na compreensão do período. Em um primeiro momento, estabelecer o que pode ser considerado “real” e o que se considera “ficcional” acaba por ser um exercício pouco produtivo no estudo das narrativas de viagens do medievo. Essa tentativa de distinção torna nossa compreensão sobre as sociedades medievais muito limitadas, pois tais dicotomias não se davam no período (CASTRO, 2019, p. 93-94). Sobre o tema, Paulo Lopes argumenta que:

Em síntese, os relatos ditos «reais» estão, na Idade Média, repletos de fantasias, ao passo que os relatos classificados como «fictícios» contêm vastas passagens recheadas de informações verídicas, fruto da experiência do autor ou recebidas de alguém que viajou e registou, ou transmitiu oralmente, o seu périplo (LOPES, 2012, p. 7).

Em decorrência de ser um gênero multifacetado, os livros de viagens acabaram por instigar um debate literário acerca de como defini-los. Esses problemas em definir o que é um relato de viagem, em um primeiro momento, resultam da dificuldade de encaixar essas narrativas em só um gênero literário. Uma das tentativas de definir os livros de viagem parte da proposta de definir “relatos de viagens” entre as narrativas ditas verossímeis e “literatura de viagem” entre as viagens ditas ficcionais (CASTRO, 2019, p. 97). Entretanto, tal proposta tende a não levar em consideração que as narrativas ditas “reais” acabam absorvendo características “imaginárias”, criando uma classificação que destoia das obras do contexto medieval. Por exemplo, conforme demonstrado por Castro (2019), os relatos como de Benjamim de Tudela e Ibn Jubair, que são narrativas com vários dados que confirmam que suas viagens aconteceram, acabam por ter trechos de seus conteúdos que mesclam elementos que podem ser considerados, atualmente, como “ficção”, “invenção” e “imaginação”.

Não obstante, apesar de a distinção entre relatos de viagem e literatura de viagem ser, por vezes, pouco eficiente, ela permite uma variação do método de análise dessas narrativas de viagens tão diferentes entre si. Luís Albuquerque-García sintetiza, de maneira geral, que:

Nem tudo o que pode ser classificado, no entanto, dentro desta seção geral simplesmente se enquadra no gênero “livro ou história de viagem”. Há uma relação de inclusão entre os dois: embora todo “livro de viagem” esteja enquadrado no âmbito geral da “literatura de viagem”; obviamente, nem toda “literatura de viagem” pode ser considerada propriamente uma “história de viagem”. Ao termo geral são atribuídas obras em que a viagem serve de enquadramento, razão por ocasião, não sendo seu elemento constituinte básico. A “literatura de viagem” reduz, assim, o campo impreciso da viagem a

uma fronteira, o dos "livros de viagem", no qual se torna o tema próprio da história. O tema da viagem surge, então, dentro da história exclusivamente ou, pelo menos, exclusivamente, já que as demais questões que também têm lugar nesse gênero, dão lugar à "viagem" como articuladora principal e básica de toda a trama (ALBUQUERQUE-GARCÍA, 2006, p. 71).³

Nesse sentido, apesar de os relatos de viagens estarem incluídos de certa maneira no gênero de livro de viagens medievais, as suas particularidades acabam por demandar uma análise distinta entre essas duas categorias. Em síntese, os relatos de viagens dão ênfase numa perspectiva muito mais aprofundada na descrição. Dessa maneira, debilitando toda expectativa com o desenlace dos acontecimentos, constituindo, assim, uma distinção entre relatos e literatura de viagens (LIMA, 2018, p. 34).

No fim da Idade Média, as relações diplomáticas e políticas se tornavam mais complexas. Elucida esse cenário a gradativa constituição do ofício de embaixador, com o uso cada vez mais frequente do termo latino *ambassiator* para se referir aos enviados em missão diplomática. Além disso, é vista uma procura cada vez mais acentuada de embaixadores com uma especialização maior. Paralelamente a esse aprimoramento no ofício de embaixador, é perceptível que houve também o aparecimento das primeiras embaixadas permanentes no contexto italiano quatrocentista, em meados do século XV, e, por consequência, maior importância dada ao uso da informação como instrumento político, como o uso da espionagem (MOEGLIN, 2017).

Nesse processo de progressiva especialização da diplomacia medieval, surge uma vasta documentação relativa a tais ações diplomáticas, como cartas de crenças, salvo condutos, procurações ou instruções para a missão, cadernos de despesas, itinerários e diários de algum membro da comitiva. René Maulde la Clavière foi um dos primeiros a esboçar uma classificação entre as diferentes narrativas de embaixadas, propondo a divisão em três categorias: "journal" ou "memorandum", espécie de relatório minucioso e cronológico ligado a missões solenes; "rapport", textos reduzidos, geralmente ligados a missões simples, que eram apresentados em apoio ao relato oral ou em resposta às instruções recebidas pelo embaixador; e "relation", escritos que descrevem a vida no

³ "No todo lo clasificable, empero, dentro de este apartado general se encuadra sin más dentro del género "libro o relato de viajes". Existe entre ambos una relación de inclusión: si bien todo "libro de viajes" se enmarca dentro del ámbito general de la "literatura de viajes"; evidentemente, no toda "literatura de viajes" se puede considerar con propiedad un "relato de viajes". Al término general se adscriben obras en las que el viaje sirve de marco, motivo a ocasión, no siendo su elemento constitutivo básico. La "literatura de viajes" va reduciendo, pues, el campo impreciso del viaje hasta una frontera, la de los "libros de viajes", en que aquél se convierte en el tema propio del relato. El tema del viaje se alza, pues, dentro del relato de forma exclusiva o, al menos, excluyente, ya que los restantes asuntos que tienen cabida también en este género, dejan paso al del "viaje" como articulador principal y básico de toda la trama" (tradução própria).

estrangeiro em aspectos sociais, econômicos, políticos etc., com os assuntos diplomáticos tomando pouco espaço da narrativa (MAULDE DE CLAVIÈRE, 1893, p. 381-386). Não obstante, atualmente as investigações têm defendido o caráter híbrido dos relatos de embaixadas, caracterizando-os pela articulação entre elementos das narrativas de viagens, das crônicas, das relações, dos itinerários, dos diários e do gênero epistolar, conseqüentemente, como obras que ultrapassam as fronteiras tipológicas rígidas (LEBEL, 2000; LAZZARINI, 2011; PÉQUIGNOT, 2020). Nesse sentido, conforme Péquignot (2020), por relato de embaixadas pode-se aceitar qualquer documento elaborado durante ou no fim de uma embaixada, que segue seu percurso cronologicamente e inclui anotações narrativas. Tais narrativas constituíam uma forma de conhecimento do espaço, de recolha de informações sobre o estrangeiro, de registro das atividades da embaixada e, no limite, de instrução aos futuros embaixadores.

A existência desses relatos prova que considerável tempo da missão diplomática era dedicado a escrever sobre os pormenores da missão, sendo essa uma tarefa dos embaixadores ou de outros membros das comitivas, como os oficiais da heráldica. Até o século XII, na Europa cristã, a maioria dos relatos de embaixadas eram orais e, apenas posteriormente, se teve a gradativa proliferação de relatos escritos, impulsionados, principalmente, pelas demandas da administração responsável pela missão. De maneira geral, esses relatórios constituíam uma espécie de resumo da missão, e os estados italianos foram pioneiros em demandá-los de forma escrita. Em Veneza, por exemplo, em 1268, foi ordenado pelo grande conselho que todos os embaixadores, ao retornassem de missão, entregassem, em um prazo de 15 dias, um relatório sobre os resultados da missão. Ordens similares são encontradas em outras cidades italianas, porém nem sempre essas ordens foram obedecidas ou deixaram registros, merecendo nota o fato de que o próprio senado de Veneza, em 1425, expressava a falta de relatórios escritos das embaixadas (QUELLER, 1973, p. 185-187).

Nem sempre, contudo, os relatos de embaixada tiveram origem na demanda da burocracia emissora da missão. Em alguns casos, os relatos de embaixadas preservados são oriundos de iniciativas diversas, como os interesses pessoais do viajante, estratégias linhagísticas, exaltação do tema da missão etc. O relato do clérigo Nicolau Lanckman é um exemplo, com o embaixador, em vários trechos, demonstrando que seu relato não se trata apenas de um escrito sobre a diplomacia e os pormenores do desenvolvimento da embaixada, mas também um texto com fortes características memorialísticas e marcado pelos interesses pessoais do autor durante o decorrer da viagem diplomática. Assim

sendo, é perceptível que a escrita da diplomacia em finais da Idade Média seguia por caminhos variados.

O Diário alemão e a escrita da diplomacia

Apresentados os apontamentos gerais sobre as viagens diplomáticas e os relatos de embaixadas, passamos a tratar, especificamente, da narrativa quatrocentista acerca da embaixada alemã de Nicolau Lanckman de Valckenstein.

Um dos pontos relevantes para a compreensão do texto é o contexto da missão diplomática e a importância do enlace matrimonial. Como afirma Maria Helena da Cruz Coelho (2003), o casamento entre dois nobres era um ato de estratégia familiar e patrimonial, mas, entre nobres de famílias régias, era também um ato político de suma importância para os destinos dos reinos. Com essas uniões matrimoniais, se buscavam novos aliados ou consolidar alianças antigas, com o objetivo de reforçar o poder político dentro e fora do reino. Um matrimônio unia, politicamente, duas casas reais e criava laços de parentescos. Um casamento que fosse fértil se tornava um laço quase indestrutível politicamente, o que poderia ser algo problemático caso os interesses dinásticos fossem antagônicos, situação que poderia ser remediada por meio de novos matrimônios entre as casas reais. Dessa maneira, os casamentos se converteram em um dos mecanismos principais das relações diplomáticas, estruturadas em torno de laços de consanguinidade, e fomento da constituição de uma sociedade de príncipes.

No contexto português, a dinastia de Avis, que tinha se instituído nos fins do século XIV por meio da chamada Revolução de Avis, sabia, muito claramente, a importância dos matrimônios no seu processo de afirmação (LIMA, 2014; RODRIGUES, 2017; COSTA, 2018). Antônio Martins Costa (2018) agrupa em três etapas as estratégias matrimoniais adotadas pela primeira geração da dinastia de Avis: a “etapa inglesa”, marcada pelo matrimônio entre D. João I com D. Felipa de Lencastre, em 1386, e pelo casamento de D. Beatriz, filha natural do rei de boa memória, com Thomas Fitzalem, conde de Arundel, em 1405; a segunda, a “etapa aragonesa”, com os casamentos de D. Duarte com D. Leonor, irmã do rei de Aragão, D. Alfonso V, e de D. Pedro com D. Isabel, filha do conde de Urgel, D. Jaime; a última etapa, a “etapa borgonhesa”, com o casamento de D. Isabel com Felipe, o bom, duque de Borgonha, em 1430.

D. Duarte, sucessor de D. João I, à frente do trono lusitano, teve como saldo do casamento com D. Leonor de Aragão dois filhos e duas filhas. Entretanto, D. Duarte teve um reinado curto, de cerca de cinco anos, e morreu vítima de um surto de peste. Depois da morte do monarca, se iniciou uma disputa interna em Portugal para decidir quem seria o regente do reino. No centro dessas disputas, estava a rainha viúva, D. Leonor de Aragão, e o cunhado mais velho, D. Pedro, duque de Coimbra. (MORENO, 1997). A alteração acabou sendo vencida por D. Pedro, que se tornou regente do reino até 1448. O duque de Coimbra logo compreendeu a importância dos enlaces matrimoniais para uma política de afirmação da dinastia e, antes do exílio de D. Leonor de Aragão, arranhou o casamento entre D. Afonso, filho do falecido rei, com sua filha, D. Isabel. Externamente, para combater os infantes de Aragão, D. Pedro procurou matrimônio para D. Leonor e D. Joana, suas sobrinhas, propondo o enlace a Luís, Delfim da França, e para o neto do imperador Sigismundo III, Ladislau. Entretanto, os planos do regente acabaram não se consolidando, e D. Leonor acabou se casando com Frederico III, imperador do sacro-império germânico (COELHO, 2003).

Depois de várias tentativas de casamento falharem na Europa central, o imperador se concentrou em preparar uma embaixada enviada à corte lusa, e, por meios de cartas, se tem conhecimento do interesse de Frederico III de contrair matrimônio com uma infanta portuguesa. No documento enviado aos reis e rainhas de Castela, Navarra e de Portugal, o imperador recomendava o recebimento de uma embaixada imperial com destino a Portugal, a qual seria composta pelo barão austríaco Jorge de Volrestorf e pelo cónego de Augsburg Ulderico. De acordo com Coelho (2003), apesar de distante, o interesse de Frederico III em consumir matrimônio com uma infanta portuguesa se dava pelas conquistas marítimas que o reino havia alcançado, além das novas rotas comerciais que Portugal possuía. Ademais, Frederico aproveitou o apoio do rei aragonês D. Alfonso V, o Magnânimo, que amparava o matrimônio, tendo em vista seus interesses de reforçar suas possessões italianas que estavam ameaçadas pela França e pelo papado, além de buscar reforçar seu poder perante o reino de Aragão.

Começaram, então, as negociações para o casamento. Em julho de 1450, partiu para Nápoles o procurador João Fernandes da Silveira a mando de D. Afonso V com o objetivo de acertar as negociações. Ele se encontrou com os representantes de Frederico III: D. Eneias, bispo de Trieste, D. Jorge de Vollesdorf, barão austríaco, e o secretário Miguel de Phullendorf. Em 10 de dezembro 1450, o contrato foi outorgado, sendo acordadas as etapas do processo de consumação. Foi acertado que as bodas ocorreriam

em Lisboa, e, em seguida, a infanta deveria viajar por mar, acompanhada dos representantes do Império, e desembarcar entre Nápoles e Pisa até o início de novembro do ano seguinte. Todos os assuntos tratados foram jurados sob a palavra de honra de cada procurador. Como explica Coelho (2003), acordado o casamento por “palavras de futuro”, era necessário agora ser acordado por “palavras de presente”. Para tal tarefa, em março de 1451, o imperador designou como responsáveis os seus capelães Tiago Motz, bacharel em Teologia, e Nicolau de Valckenstein, que partiram para Portugal a fim de acertarem, definitivamente, os acordos de casamento e acompanhar D. Leonor para se encontrar com Frederico III.

Nicolau, responsável pela missão, deixou registro acerca da viagem até Portugal, do posterior percurso até a Itália, do casamento entre Leonor e Frederico e do retorno às terras do Império, avançando algumas décadas e oferecendo anotações sobre o nascimento dos filhos do casal, Maximiliano, em 1459, Helena, em 1460, e Cunegundes, em 1466, terminando o texto com o registro da morte de D. Leonor, em 1467. Seguindo o mapeamento realizado por Aires do Nascimento (1992), sabe-se que a obra foi publicada em 1503, por Nicolau, bispo de Hipona (1491-1497) e confessor da casa imperial, financiado por Tiago Wacker (Jacob Wacker) de Salisburgo. A edição foi, inicialmente, pensada pelo bispo de Hipona para ser publicada em língua vernácula e como um presente ao imperador Maximiliano em memória de seus pais, D. Leonor e Frederico III. Não obstante, do manuscrito conserva-se apenas o texto latino, publicado em 1503 – British library, 811.e.21: *De nuptiis Frederici Imperatoris tercii ac Leonore uxoris deque eorundem coronatione ac prolium propagatione a Reuerendissimo domino Nicolao episcopo Ypponensi compilatus libellus feliciter finit. Impensis prouidi uiri Jacobi Wacker de Saltzburga Auguste impressus, Anno domini M.CCCCC.III. Sexto idus decembris*. A edição de 1503 serviu de referência a Bucardo Struvio, que, em 1725, publicou-a no tomo II do *Rerum Germanicarum Scriptorum* e, posteriormente, foi a base dos trabalhos de António Caetano de Sousa, Luciano Cordeiro e Sousa Viterbo.

No entanto, em 1725, Jerónimo Pez editou o relato a partir de outro manuscrito, o *Codex Vindobonensis Palatinus 3286*, de Viena – Oesterreichische Nationalbibliothek, Codex Vindobonensis Palatinus 3286 (olim ms. Ambras.337) –, descoberto no mosteiro de Santa Doroteia. Trata-se de texto anterior à edição de 1503 e, possivelmente, autógrafo de Nicolau de Valckenstein. Com base nesse manuscrito, cotejado com a edição quinhentista, o historiador e filólogo português Aires Nascimento traduziu a narrativa

e publicou-a em edição bilíngue em 1992, edição mais atualizada e completa da obra atualmente.

A apresentação do percurso do relato evidencia, desde já, que a existência do texto passa por interesses difusos que não diretamente o registro das atividades da embaixada por uma demanda burocrática. Agregam-se, por meio de ambas as tradições manuscritas, questões como a reconstituição da memória do casamento como um presente ofertado meio século depois do acontecimento, o que é ressaltado ainda pelo título quinhentista da obra (*Desponsatio et coronatio serenissimi Friderici tercii et eius auguste domine Leonore*). Também há os registros pessoais do clérigo-viajante-embaixador, que tomou notas acerca de aspectos diversos experienciados na viagem, como atos devocionais, momentos de alteridade nas terras ibéricas,⁴ louvor das festas realizadas em Lisboa etc. Ademais, a composição do texto também resalta o processo de compilação ocorrido na estruturação do material, incluindo na narrativa, por exemplo, a transcrição do salvo-conduto oferecido pela rainha de Aragão. Tais elementos reforçam o caráter híbrido dos relatos de embaixadas quatrocentistas, que possuíam origens várias, desde os interesses da burocracia emissora aos desígnios dos viajantes.

A peregrinação de Lanckman

Os embaixadores saíram de Neustadt, na diocese de Salisburgo, em direção a Portugal. Entre as alternativas de trajeto, optaram por viajar pelas terras do sul da Alemanha até o ducado de Saboia, onde visitaram a cidade de Genebra, seguindo pelo rio Ródano até chegarem ao Delfinado, na região de Grenoble, uma terra governada pelo Delfim Luís, título pelo qual era conhecido o filho mais velho do rei da França. No Delfinado, eles receberam um salvo-conduto e continuaram a viagem pelos domínios de Luís, dirigindo-se para a Grande Cartuxa – onde localizava-se o primeiro mosteiro da ordem dos Cartuxos –, e para a abadia de Santo Antônio, ressaltada como destino na narrativa em virtude dos milagres. A comitiva atravessou a região de Languedoc, onde o diário diz que é um lugar de terra boa, e rumou para Montpellier, destacada na narrativa pela faculdade de medicina, notável centro intelectual que remonta ao século XII. Os viajantes seguiram em linha reta em direção à cidade de Toulouse e Roncesvales, ressaltada como o lugar onde os cristãos, liderados por Carlos e Rolando, conseguiram

⁴ A questão da alteridade no relato foi explorada recentemente por Lopes (2021).

vitórias na luta contra os pagãos e o rei de Granada. Na região dos Pirineus, contudo, o percurso tomou uma rota alternativa por causa de questões ligadas à segurança dos viajantes, e, junto a mercadores, eles desviaram o caminho em direção à Catalunha, pela cidade de Narbona e Perpignon (LEONOR DE PORTUGAL, 1992, p. 19, 21).

Nota-se que o trajeto escolhido pela embaixada coincide com as vias de peregrinação a Santiago de Compostela, especialmente com as rotas que atravessavam o sul da Europa em direção à Península Ibérica, no fim da Idade Média (Mapa 1). Klaus Herbers (2002) evidencia que a opção da comitiva de Lanckman justifica-se pela devoção e pelo desejo do viajante de visitar o túmulo do Apóstolo Tiago, uma vez que, no mesmo período, outros viajantes alemães com interesses diversos, entre eles a diplomacia, escolheram caminhos diferentes, como Jerónimo Münzer, Nicolás von Popplau e León de Rozmital.

Os embaixadores continuaram o percurso, parando em Gerona, onde visitaram o corpo de São Narciso, sendo a cidade destacada na narrativa pela venda de madeira e panos a peso. Chegaram, enfim, à região da Catalunha, salientada no diário pela cidade de Barcelona. A narrativa comenta bastante dessa cidade, especificamente dizendo que nela havia um grande porto e uma grande catedral, um colégio de leis e um palácio ducal que, além de muito grande, era muito belo (LEONOR DE PORTUGAL, 1992, p. 21). É curioso que, no momento da viagem, a rainha de Aragão estava fixando residência na cidade e deu aos embaixadores um salvo-conduto que oferecia garantias aos viajantes e orientava os súditos de Aragão a auxiliarem os embaixadores no percurso. Como indicado anteriormente, o diploma régio aparece transcrito integralmente na narrativa, ressaltando a composição híbrida dos relatos de embaixadas.

Mapa 1. Rotas medievais de peregrinação a Santiago de Compostela



Fonte: HERBERS, 2016, p. 66.

Posteriormente, os embaixadores chegaram à cidade de São Domingos, onde havia apenas uma Sé episcopal e, na igreja, se podia avistar galinhas vivas, em sinal de que ali ocorria um milagre, porque fora dos limites da cidade tinha sido enforcado um peregrino inocente. O diário informa ainda que, no mesmo ano de 1451, foi destruída uma grande seita herege e queimadas 53 pessoas em um só dia, sob a acusação de levarem vida parecida com a de Jesus (LEONOR DE PORTUGAL, 1992, p. 21, 23). Após alguns infortúnios no caminho, em especial o roubo sofrido no Monte Rabanel, os viajantes, juntamente com os outros peregrinos, rumaram para Santiago de Compostela. Os embaixadores/peregrinos permaneceram três dias em Compostela e, posteriormente, acompanharam outros peregrinos da Irlanda à região de Coruña, onde visitaram Finisterra e a capela de Santa Maria de Mugia. A saída de Compostela é imprecisa, mas o próprio diário informa que, no dia 20 de julho, dia de Santa Margarida, a comitiva estava na cidade, mas não há indícios de que permaneceram para as festas de São Tiago, em 25 do mesmo mês (LEONOR DE PORTUGAL, 1992, p. 54).

Ao sair do centro de peregrinação, os viajantes continuaram a jornada com trajes de peregrinos e contrataram um guia que os levou à divisa entre a Galiza e Portugal, no rio Minho, onde visitaram Tui e Valença. Em Portugal, os representantes do imperador passaram por diferentes cidades até serem recebidos pela corte, em Lisboa, para, enfim, terem audiência com o monarca português (LEONOR DE PORTUGAL, 1992, p. 25, 27, 29)

A chegada a Lisboa marca o fim do percurso de ida da viagem, uma vez que o objetivo principal era a conclusão das tratativas matrimoniais por meio da celebração do casamento e a posterior condução de D. Leonor à Itália para o encontro com Frederico III. No entanto, como se evidencia pelo percurso, locais de visita e registros contidos no diário de viagem, o interesse diplomático foi secundado pelas predileções dos viajantes, que, na posição de peregrinos, definiram Santiago de Compostela como ponto-chave da viagem. Esse desvio empreendido pelos viajantes fica ainda mais importante para a análise ao se considerar que, segundo o cronista português Rui de Pina (1901, p. 121), a corte de D. Afonso V esperava pelos embaixadores meses antes, tendo eles se atrasado em virtude de irem “em romaria” a Compostela.

Podemos afirmar que, a partir da chegada a Lisboa, a narrativa afasta-se dos motivos religiosos, sobretudo de peregrinação, e passa a se concentrar na descrição das festas e cerimônias relacionadas ao matrimônio e do deslocamento da comitiva da princesa portuguesa, por mar, pelas cidades italianas e pelo percurso até o Império. Apesar disso, em outros momentos da narrativa, o diário de Lanckman deixa transparecer as inclinações do viajante para assuntos relacionados à devoção, como no trecho:

No dia cinco do mês de maio, a senhora Imperatriz com a sua corte foi, em peregrinação, ao monte Sant'Ângelo, no Monte Gargano, à igreja de S. Miguel, que não foi construída nem consagrada por mãos de homens, mas apareceu por milagre, como consta da história da aparição de S. Miguel no monte Gargano. (...). Eu, Nicolau, disse missa e visitei o local com diligência. (...) Próximo desse monte, quase no vale voltado a poente, vivia um devoto ancião, um padre eremita. Fui ter com ele, visitei a casa em que morava, e inteirei-me da sua vida santa de eremita com os próprios olhos e com ele conversei de muitas coisas (LEONOR DE PORTUGAL, 1992, p. 83, 85).

Tais exemplos, somados à centralidade de Santiago de Compostela no início da viagem, reforçam a percepção de que as viagens diplomáticas, por vezes, conjugavam interesses das autoridades políticas às predileções do viajante, com essas inclinações afetando as rotas a serem seguidas, o ritmo da viagem e os locais de parada, chegando, no limite, a condicionar e, inclusive, comprometer as tratativas diplomáticas.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, se buscou desconstruir a ideia de uma Idade Média fechada. Para isso, procuramos mostrar como o medievo conheceu um significativo número de viagens, dando destaque para as viagens diplomáticas e suas narrativas. Analisamos um relato de embaixada que permite abordar temas como viagens, relações diplomáticas, cerimônias e poder, matrimônios régios, memória, entre outros.

Diferentemente dos relatos de embaixadas que focam nos pormenores das negociações diplomáticas, o relato de Lanckman apresenta as rotas que a missão tomou e uma série de casos que aconteceram na missão. O diário deixa claro como Lanckman e seus acompanhantes faziam suas escolhas no percurso, por vezes afastando a comitiva do destino da missão diplomática, como é o caso da visita realizada a Santiago de Compostela. Nesse sentido, na viagem, Lanckman foi um embaixador e um peregrino; e suas escolhas durante a missão mostram como ele tem preferência para visitar lugares com motivos religiosos, como uma relíquia.

Por fim, a narrativa de Lanckman permite evidenciar como cada relato de viagem se constrói com suas singularidades. A narrativa mostra também como cada relato de embaixada varia conforme a exigência da missão. Lanckman narra muito pouco sobre negociações, visto que o casamento tinha sido acordado em outra embaixada, mas, em compensação, o embaixador descreve com incrível detalhamento os acontecimentos que ocorreram em Lisboa antes de D. Leonor partir, as festas, as danças, as caçadas, as encenações, os banquetes, assim como o deslocamento até a Itália, as cerimônias ocorridas nas cidades italianas e os acontecimentos posteriores ao enlace.

Esperamos que nossos apontamentos e discussões possam despertar o interesse de novos estudos sobre as práticas de viagens diplomáticas no fim do medievo, em particular em relação aos escritos que essas viagens deixaram. A prática de viagens diplomáticas se mostra relevante para entender não apenas como o poder régio agia, mas também para compreender vários outros temas acerca do período.

THE DIARY OF NICOLAU LANCKMAN OF VALCKENSTEIN: AN EMBASSY BETWEEN PILGRIMAGE AND DIPLOMACY

Abstract: The article discusses the travel diary of the German ambassador Nicolau Lanckman de Valckenstein, a fourteenth-century account of the German embassy sent to the kingdom of Portugal in 1451, in order to conclude the marriage between D. Leonor de Avis and Frederick III, emperor of the Holy Empire. The study aims to analyze different dimensions related to medieval diplomatic journeys, particularly the writing of diplomacy and the pilgrimage undertaken by the traveler. The case study demonstrates that, sometimes, reports from embassies come from different initiatives, which combine the interests of political authorities with the traveler's predilections; just as, during the conduct of the diplomatic mission, the ambassadors' preferences affected the routes to be followed, the pace of the journey and the places of stop.

Keywords: Medieval travel. Embassy reports. Pilgrimage.

EL DIARIO DE NICOLAU LANCKMAN DE VALCKENSTEIN: UNA EMBAJADA ENTRE PEREGRINACIÓN Y DIPLOMACIA

Resumen: El artículo aborda el diario de viaje del embajador alemán Nicolau Lanckman de Valckenstein, relato del siglo XIV de la embajada alemana enviada al reino de Portugal en 1451, con el fin de concluir el matrimonio entre D. Leonor de Avis y Federico III, emperador del Sacro Imperio. El estudio pretende analizar diferentes dimensiones relacionadas con los viajes diplomáticos medievales, en particular la redacción de la diplomacia y la peregrinación realizada por el viajero. El estudio de caso demuestra que, en ocasiones, los informes de las embajadas provienen de iniciativas diferentes, que combinan los intereses de las autoridades políticas con las predilecciones de los viajeros; así como, durante el desempeño de la misión diplomática, las preferencias de los embajadores influyeron en las rutas a seguir, el ritmo del viaje y los lugares de parada.

Palabras clave: Viajes medievales. Informes de la embajada. Peregrinaje.

Referências

Fonte

LEONOR DE PORTUGAL, Imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador alemão Nicolau Lanckman de Valckenstein. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento. Colaboração de Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

Bibliografia

ALBUQUERQUE-GARCÍA, Luís. Los “libros de viajes” como género literário. In: Manuel Lucena Giraldo; Juan Pimentel (eds.). **Diez estudios sobre literatura de viajes.** Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de la Lengua Española, 2006.

CASTRO, Anna Carla Monteiro de. **Homo Viator: viagens e viajantes na Idade Média (Mediterrâneo - século XII)**. Niterói, RJ: Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2019.

COSTA, António Martins. O casamento de D. Leonor e Frederico III (1451-1452) e as relações entre Portugal e o Sacro Império nos finais da Idade Média. **Medievalista**, 24, Julho-Dezembro 2018.

COELHO, Maria Helena da Cruz. A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha. **Revista Portuguesa de História**, Tomo XXXVI (2002-2003), vol.1, p.41-70.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Mulheres dos outros**. Os viajantes cristãos nas terras do oriente (séculos XIII-XIV). São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Peregrinos e centros de peregrinação. In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos, NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa; LIMA, Marcelo Pereira. **Peregrinos e Peregrinação na Idade Média**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 9-72.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel. **Los viajeros medievales**. Madrid: Santillana, 1996.

GILLI, Patrick. Entre necessidade e desconfiança: os embaixadores da Itália communal através dos estatutos urbanos (séc. XII-XIV). **Revista Signum**, 2014, v.15, n.2, p. 27-52.

HERBERS, Klaus. **Jakobsweg**. Geschichte und Kultur einer Pilgerfahrt. Verlag: C.H.Beck, 2006.

HERBERS, Klaus. El viaje a Portugal de los embajadores de Federico III en el relato de Lanckmann y de otros cronistas. **Anuario de Estudios Medievales**, 32/1, 2002, p. 183-198.

GONÇALVES, Rafael Afonso. **Cristãos nas terras do Cã**: as viagens dos frades mendicantes nos séculos XIII e XIV. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

LABARGE, Margareth W. **Viajeros Medievales. Los ricos y los insatisfechos**. Madrid: Nerea, 1992.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **El mundo de los viajeros medievales**. Madrid: Anaya, 1992.

LAZZARINI, Isabella. Scritture dello spazio e linguaggi del territorio nell'Italia tre-quattrocentesca. Prime riflessioni sulle fonti pubbliche tardomedievali. **Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo e Archivio Muratoriano**, 113 (2011), 174-196.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa, 1983, vol. I.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. Viagens diplomáticas: o rei português à corte de Luís XI. In: FRÓES, Vânia et. Al. (org.). **Viagens e espaços imaginários na Idade Média**. Rio de Janeiro: Anpuh, 2018.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. A política matrimonial de D. João I: um instrumento de afirmação dinástica. Portugal, 1387-1430. **Roda da Fortuna - Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo**, v.3, n.2, p.191-204, 2014.

LEBEL, Jean – Littérature de voyage et genre épistolaire au XVIe siècle. **Bulletin de l'Association Guillaume Budé**, n.2, juin (2000), 175-192.

LOPES, Paulo. Os Livros de Viagens Medievais. **Medievalista on-line**, Ano 2, Número 2, 2006.

LOPES, Paulo. Late medieval Iberia: the perception of Ambassador Nikolaus Lanckman von Valckenstein. In: MARTÍNEZ GARCÍA, Pedro (coord.). **Alteridad ibérica: el outro en la Edad Media**. Murcia, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2021, p. 123-144.

MAULDE LA CLAVIÈRE, René de. **La diplomatie au temps de Machiavel**. Tome 3. Paris: Ernest Leroux Éditeur, 1893.

MOEGLIN, Jean-Marie (dir.). **Diplomatie et «Relations internationales» au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)**. Paris: PUF, 2017.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. O Infante D. Pedro, da Regência a Alfarrobeira. In: **O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra - Itinerários e Ensaios históricos**. Porto: Universidade Portucalense, 1997, pp. 11-23.

NASCIMENTO, Aires A. **Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador alemão Nicolau Lanckman de Valckenstein**. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento. Colaboração de Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

PÉQUIGNOT, Stéphane. Ambassades et ambassadeurs. In: MOEGLIN, Jean-Marie (dir.). **Diplomatie et «Relations internationales» au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)**. Paris: PUF, 2017, p. 345-493.

PÉQUIGNOT, Stéphane. Les “journaux d’ambassades” en Occident à la fin du Moyen Âge. In: FOURNEL, Jean-Louis; RESIDORI, Matteo (org.). **Ambassades et ambassadeurs en Europe (XVe-XVIIe siècle)**. Genève: Librairie Droz, 2020, p. 23-45.

QUELLER, Donald. The development of Ambassadorial Relazioni. In: HALE, J. R. (ed.). **Renaissance Venice**. London: Faber, 1973, p. 174-196.

RODRIGUES, Paula. A teia de Avis. Estratégias matrimoniais para a legitimação de uma dinastia. As primeiras gerações (1387-1430). In: RODRIGUES, Ana Maria; SILVA, Manuela Santos; FARIA, Ana Leal. (Coord.). **Casamentos da Família Real portuguesa. Diplomacia e Cerimonial**. Lisboa: Círculo de Leitores, vol.1, 2017, p. 35-56.

SOBRE OS AUTORES

Douglas Mota Xavier de Lima é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); docente da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Welber Martins de Sousa é graduando em História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); bolsista de Iniciação Científica no projeto "Na rota dos relatos de embaixadas (Europa, século XV)".

Recebido em 01/10/2023

Aceito em 21/12/2023